

Opinião: “Por montes nunca antes passados”

16 de Novembro, 2021

Certa é a distância que nos posiciona no topo mapa continental, mas não tão óbvia é a proximidade que nos leva a montes nunca antes pensados. Refiro-me ao que é preciso projetar para não ficarmos para trás, ou melhor, recuperar aquilo que possivelmente se perdeu e que deveria estar nos planos de desenvolvimento regional em função das atividades económicas aplicáveis à região de Trás-Os-Montes.

Estamos em novembro, mês em que se arrecadam os frutos secos, as maçãs tardias, mas não só... a mais de 500 km aguardamos decisões sobre projetos que podem vir a mobilizar esta região, falo dos incentivos disponibilizados no Plano de Recuperação e Resiliência, no âmbito da inovação produtiva, da investigação (p.e.).

Ainda que se viva uma instabilidade governativa, ou tentativa da mesma, planeiam-se investimentos para o próximo quadro comunitário, projetos que devem ser segregados pela sua necessidade, funcionalidade, identidade e proximidade.

Mas como ditam as regras, para planear é preciso ter dados, histórico de informação fiável. Pois bem, na última década muito se opinou mas infelizmente em algumas áreas pouco se pensou e apurou, e temos que ser humildes ao ponto de assumir que hoje precisamos de acelerar determinados setores de atividade que se foram perdendo no tempo e nas pessoas.

E por falar em pessoas já lá vai o tempo que se pensava que para cá do Marão mandavam os que cá estão, porque é preciso fazer do longe perto, ou seja, as pessoas só decidem sobre o que sabem, essa é uma função dos que querem fazer acontecer- influenciar com factos, impactar.

Sabemos que cada vez mais se decide sobre esta região fora da mesma. Desenham-se regimes nos quais o princípio da promoção da universalidade, da igualdade de acesso e da coesão territorial passam a ser uma nova alínea, mesmo que isolada. Por exemplo o regulamento tarifário de gestão de resíduos (...) *estabelece medidas de discriminação positiva para os municípios dos territórios de baixa densidade, tendo em vista a aplicação de uma tarifa mais reduzida para os utilizadores domésticos desses territórios e, consequentemente, a prossecução do princípio da coesão territorial, sem prejuízo do equilíbrio financeiro dos sistemas (...)*..

“Sem prejuízo do equilíbrio financeiro”, é aqui que o Governo e os transmontanos têm que enaltecer o espírito de união, ultrapassar barreiras legislativas, geográficas e operacionalizar simbioses intersetoriais como factor agregador de escala, caso contrário teremos um “desequilíbrio total”.

Por último mas também importante, a distância. Estar longe pressupõe

emissões, mas como as evitamos e/ou compensamos? Às vezes penso que se fossemos medir a pegada ecológica de alguns projetos “mais valia estarmos quietos”. No entanto, e com base nos princípios referidos anteriormente..este é um desafio que se consegue compensar se os nossos projetos forem feitos para as pessoas, porque serão as pessoas que os afirmarão (ou não) no tempo. E que desafios...perdemos mais de 10% de pessoas nos últimos 10 anos, tal como na China, também a aqui a mão de obra é envelhecida e escassa.

Estamos num ano em que tudo o que é preciso fazer vai para um plano, mas cuidado com a sobreposição de planos, quando podemos e precisamos de documentos integradores de projetos funcionais.

Dotar e potenciar as funções de um território faz-se no tempo e com pessoas capacitadas, comprometidas com empatia e conhecimento orientado para o saber fazer!

Eis, pois uma Economia Circular!